

PROGRAMA SECTORIAL DA ÁREA MARINHA E FLUVIAL DO PNSACV

Onde o território é simultaneamente Parque Natural e Perímetro de Rega do Mira aprovou-se um Programa Sectorial, de forma a compatibilizar os interesses económicos inerentes a uma infra-estrutura como um perímetro de rega com a conservação da natureza e a biodiversidade. Deve seguir-se a mesma metodologia para a área Marinha e Fluvial do PNSACV. A portaria 143/2009 está longe da Conservação da Natureza, da promoção da Biodiversidade e das pessoas.

«Aqui a espécie protegida é você!», é o que se precisa!

Se o Programa Sectorial da área terrestre referida ainda não saiu do papel, há que ter esperança que as gerações futuras ainda venham a tempo de saber como a natureza é por aqui, tanto em Terra como no Mar. Os conflitos entre entidades; os portugueses cada vez mais longe da agricultura e da natureza; são realidades que contribuem de forma negativa, alimentando a anarquia que se tem vivido. O que é certo é que a parte da agricultura tradicional, aquela que tanto se evoca nos sucessivos Planos de Ordenamento do PNSACV, e que existia quando se declarou este território como Parque Natural de interesse público, está desaparecida ou em vias de extinção, empurrada pela lei da oferta e da procura, que dá asas a uma agricultura intensiva, especulativa, sem sustentabilidade mas com lucros imediatos.

Se em terra a água doce traz o regadio e tudo o que ele proporciona, no Mar a água salgada traz também uma riqueza incalculável e que deve ser gerida com as devidas precauções, de forma a assegurar a sustentabilidade da relação Homem/ Recursos Naturais. Deve seguir-se uma metodologia baseada na análise do risco inerente às diversas formas de explorar os recursos, estabelecendo os pontos críticos de controlo e a sua monitorização para que não se chegue a situações de ruptura, para que a fertilidade e renovação dos recursos seja assegurada nas interações entre o Homem e a Natureza tanto em Terra como no Mar.

Se no caso da agro-pecuária as populações autóctones, residentes ou visitantes estão mais ou menos indiferentes ao que se passa, por uma razão ou por outra, o que é certo é que a lei da pesca mostrou que em relação aos recursos marinhos a coisa não é assim. A pesca é uma coisa social, tradicional, cultural, um modo de vida, passatempo, hábito, vício, enfim é importante para muitas pessoas visto dos mais diversos ângulos. É uma coisa de ricos, de pobres, de todos os partidos e clubes, de velhos e de novos, de muitos mas não todos. Tal como não somos todos agricultores, também não somos todos pescadores, como pré-requisito para que se possa proteger a Natureza, estabelece-se e aceita-se que os recursos naturais são de todos, dos que semeiam a terra, dos que apanham percebes, dos que lançam redes, dos que fazem leis ou dos que simplesmente apanham tudo no prato.

Sendo assim e passando à parte prática das coisas, como forma de encorajar a Tutela a adoptar outra postura, uma atitude que promova o contacto entre a comunidade científica e a população, o conhecimento científico e a experiência das pessoas, como plataforma para a sustentabilidade, é tempo dos políticos perceberem que têm que governar com os técnicos e ouvir as populações, a política empírica como a que lançou esta portaria, pode equiparar-se aquilo que alguns dos senhores da Tutela dizem da apanha do percebe aqui por estas bandas: «... se é tradição, deve ser desincentivada!». Que se aplique à forma de fazer Política!

Mas não deve, a pesca tradicional não deve ser desincentivada, o que se deve evitar é que o Deus Mercado comande a vida aqui por estes lados, aqui decretou-se que a Natureza é rainha; a inovação, a educação e a regulamentação, são fundamentais no PNSACV. Como se escreve nos sucessivos Planos de Ordenamento as tradições devem ser encorajadas, gerando produtos de qualidade e certificados (num futuro próximo esperemos), constituindo um valor inestimável para a população residente, assim como um factor promocional da região em termos turísticos. O que deve ser desincentivado é tudo o que se mistura com a tradição, e que têm como meio as capturas massivas com o fim de comercializar ilegalmente.

Uma coisa todos sabemos há menos peixe e menos marisco, por outro lado, há mais poluição no mar, no ar e na terra.

O declínio dos recursos marinhos tem sido progressivo, nunca houve uma sensibilização das populações nesse sentido, nunca foi dado tempo para nos adaptarmos à nova realidade. PROIBIR, SEM EDUCAR! É muito mais fácil sem dúvida, mas no século XXI é inaceitável. Estes fenómenos naturais não acontecem de um dia para o outro, mas sinal e o sintoma não chegam, se se toma posição quando a situação está à beira da catástrofe. Deixo aqui uma ideia aos políticos, crescimento e desenvolvimento (sustentável) não é a mesma coisa, são fenómenos distintos. Já era tempo de mostrarem que conhecem essa diferença.

Reflexo do país real, por um lado doutores e engenheiros, do outro, zés ninguéns. Falta articulação num país em que as competências são o último requisito a ser considerado, é muito difícil fazer a ponte entre uns e outros. Neste momento isso não existe em Portugal, é um país quebrado, que produz pouco e que transformou a população activa em vendedores de qualquer coisa produzida em países onde os direitos humanos são ignorados. Ou então vendemos serviços, esperando pelos turistas, que se deliciam com as belas auto-estradas que nós temos e outras coisas. Enfim, voltando ao que interessa neste documento.

Se antes da portaria 143/2009 ter saído, onde se proíbe isto aquilo e o outro sem mais nem menos, tivesse havido a preocupação de dialogar, comunicar com as pessoas visadas, estávamos agora a contribuir para a Conservação da Natureza e Biodiversidade e não preocupados se vamos perder votos, se nunca mais vou poder pescar porque as minhas folgas são às terças-feiras ou com as semanas em que as marés boas são às segundas, terças e quartas o que é que dou de comer aos meus filhos.

Todos sabemos que o pescador de cana apeado ou o apanhador de marisco use a técnica que use, exerce a sua acção sobre os recursos naturais na zona entre marés; todos sabemos que é aí que os sargos se alimentam preferencialmente, uma vez que também eles se alimentam de percebes e mexilhão, entre outras coisas. Também sabemos que a sua reprodução é feita junto á costa de Janeiro a Março e que na altura da desova o peixe anda esfomeado e que portanto não é leal pesca-lo, agravado pelo facto de estarmos a comprometer a sustentabilidade da espécie em questão. O que não sabemos é como se chega à conclusão que somos nós os que aqui vivemos ou pescamos, que somos os responsáveis pelo estado depauperado em que certas espécies se encontram. Mas o Robalo também, e as outras espécies? E as medidas mínimas? Estão correctas?

Como se preconiza neste documento, é fundamental criar um Programa Sectorial que equacione todas as formas de extracção de recursos marinhos, e que dentro do território PNSACV, o Mar seja de todos, dos pescadores profissionais ou amadores e dos não pescadores.

Pede-se equidade nas decisões, num Parque Natural temos que ter uma filosofia coerente tanto em Terra como no Mar, se em Terra a vontade que as autarquias e habitantes têm em construir indiscriminadamente é controlada pelas regras do Parque, ficando as populações com a sensação que o Parque é castrador da sua vontade e responsável pela estagnação económica. Não se entende como no Mar as regras são outras, protege-se o comércio, a parte profissional, num claro sentido de continuar a receber o dinheiro de impostos e não de Conservação da Natureza e Biodiversidade, de salientar que tanto no Mar como na terra somos sempre nós os habitantes do PNSACV que saímos mais penalizados, embora as regras mudem.

Exige-se um Programa Sectorial que pela primeira vez dê mais atenção à espécie Homem, habitante do PNSACV. Estamos fartos de ser maltratados em nome de uma falsa protecção da natureza. Desta vez, à luz dos verdadeiros princípios que sustentam a Conservação da Natureza e promovem a Biodiversidade, há que dar prioridade aos habitantes do Parque Natural, os pescadores e apanhadores lúdicos, os pescadores artesanais profissionais dos nossos portinhos de pesca e os nossos mariscadores profissionais. Temos que unir o Parque e trata-lo como um todo, imune a interesses individuais.

Os outros, os grandes barcos de arrasto, os que lançam redes enormes para capturas massivas, os que usam técnicas contra indicadas para um Parque Natural talvez não possam pescar no PNSACV, não sei, temos que medir, temos que monitorizar, temos que avaliar o estado dos recursos, e no limite são as actividades profissionais que devem ser consideradas como nefastas em primeiro lugar, protegendo o núcleo, é tempo de dar ao Habitante do PNSACV o estatuto que merece. Os produtos tradicionais do Parque Natural devem constituir uma das atracções turísticas, devem ser certificados, devem ser parte integrante do PNSACV.

A poluição que ataca os recursos naturais marinhos, é oriunda do Mar, mas também da Terra, o nosso PNSACV está constantemente sobre pressão, temos Sines a Norte, petroleiros no horizonte e horticultura intensiva com fartura, como sabemos. Mas os senhores menosprezam estes factos, atacam o habitante do PNSACV, chamam-lhe criminoso do alto do pedestal; deixem-nos viver em paz. Manter a nossa identidade é fundamental social e culturalmente, é revoltante estar constantemente a ser bombardeado com tentativas de tipificação do estilo/moço de vida. O legislador não pode olhar para a Natureza através da janela do seu gabinete e pensar em nós os que aqui vivemos como uns indígenas, uns índios ou sei lá o quê. Há quem goste de pescar, assim como há quem prefira passar as horas livres no centro comercial ou no cinema. Muitos dos habitantes do PNSACV não têm dinheiro para ir ao restaurante ou à praça comprar peixe, se não poderem apanhar um sargo vão ficar a olhar para os turistas a deliciarem-se!? Onde está a justiça que a Natureza ordena?

Por exemplo, aquela vossa tentativa de discriminação positiva, dando a exclusividade de apanha lúdica ao Homem do PNSACV, não serve, não é essa a nossa vontade; queremos receber os amigos, queremos ir com eles fazer a maré e pescar, da mesma forma que eles nos

convidam para ir às suas terras comer o bom presunto ou o bom queijo. Não queremos viver isolados! Queremos conviver. Por outro lado, esta discriminação positiva carece de preparação do interveniente, quer dizer-se, quem garante aos senhores que eu porque sou residente do Parque apanho percebes ou mexilhão de forma mais cuidada/sustentável que um senhor que seja de Beja? Para terem tal atitude seria fundamental colocar a comunidade científica em diálogo com a população, e a partir daí construir uma base co-responsabilizando o cidadão utilizador dos recursos naturais pela sua gestão, que abrange também qualquer visitante de qualquer parte do mundo. Mas a única preocupação do Estado é aplicar o princípio do utilizador pagador, os outros doze ou treze princípios não contam para a receita, não interessam...Cada vez menos Estado, cada vez mais impostos. Nós pagamos a licença mas queremos ver todos os princípios de suporte à Conservação da Natureza e Biodiversidade implementados, exemplo:

Aplicação das verbas das licenças (diria 5000 x 15 euros = 75000), parece irrisório mas daria para pagar a pelo menos uma equipa que permanentemente, monitorizava e actuava de forma preventiva, pró-activa, sensibilizando as pessoas no acto da pesca, fazendo posters, colóquios, sessões de esclarecimento, partilhando os seus conhecimentos e ouvindo o que a experiência das pessoas diz, só assim se pode corrigir o que está mal, só assim se contribui para o NOSSO objectivo, a Conservação da Natureza e Biodiversidade.

Nós entendemos a necessidade de conservação da biodiversidade, o que não entendemos é como os senhores com um discurso destes querem exterminar a figura real do pescador de cana profissional, aqui no Parque. Assim como existe o mariscador profissional. Isto também se enquadra na biodiversidade, são pessoas adaptadas ao meio em que vivem e que essa é a profissão que escolheram, não se entende esta discriminação. O pescador da cana, devia ter formação em como conservar o peixe em bom estado (ASAE), deveria ter a oportunidade de se colectar nas finanças e ir à lota, os serviços veterinários devem proceder à fiscalização do pescado de forma semelhante ao peixe dos barcos, ou será que aqui no PNSACV as lotas não têm veterinários?

Quando o mar está bravo muitos dos pescadores profissionais dos portos de pesca vão pescar com cana; podem vender o peixe que apanham? Aquele que sobra, depois de alimentar a família.

O peixe da cana sempre foi um produto visto com bons olhos nos restaurantes das nossas praias, desde Caminha a Vila Real de Santo António, agora que se quer regulamentar os senhores decidem que é mais fácil eliminar do mapa.

Onde é que está a conservação da Biodiversidade?

Queremos que a área Marinha e Fluvial sejam alvo de um programa sectorial estabelecendo o seguinte:

- Enquadrar a pesca e apanha dos recursos marinhos e fluviais de forma a permitir o aproveitamento do seu potencial reprodutivo/regenerador, respeitando os objectivos de conservação da natureza;
- Assegurar a manutenção da biodiversidade;
- Garantir a preservação dos recursos marinhos e fluviais;

- Incentivar a aplicação de boas práticas de pesca e apanha;
- Incentivar uma actividade piscatória ambientalmente sustentável;
- Assegurar a participação activa dos pescadores e das associações na implementação e cumprimento das normas previstas no Programa Sectorial, designadamente através do envolvimento do PNSACV (colaboração com as entidades competentes e municípios).

Necessitamos do seguinte:

- A implantação e gestão de um sistema de monitorização da qualidade da água, que permita dispor de informação relativa à composição físico-química e microbiológica da água, indispensáveis para a gestão da área marinha e fluvial do PNSACV e protecção dos valores naturais, o qual será alvo de um protocolo de colaboração envolvendo as entidades com jurisdição na matéria;
- A implantação e gestão de um sistema de monitorização da composição química dos recursos marinhos, com o objectivo de controlo/monitorização da poluição e em simultâneo que garanta que os recursos marinhos não representam riscos para a saúde pública;
- A divulgação de informação sobre boas práticas de pesca e apanha, e medidas que reduzam o impacto das actividades de extracção sobre o meio, assegurando a sustentabilidade da actividade piscatória, levando em consideração os resultados obtidos nos sistemas de monitorização referidos, bem como de outros elementos relativos à conservação da natureza e dos recursos naturais, considerados relevantes;
- O desenvolvimento de um sistema de Certificação dos produtos obtidos no mar do PNSACV terá um papel determinante. Conseguir-se-á assim ter produtos com a mais-valia que lhes confere uma certificação pelo Parque Natural, capturados e preparados em respeito pelas regras ambientais;
- Estimular a formação de associações, ou utilizar as já existentes numa perspectiva de veículos do conhecimento e co-gestão dos recursos.

A minha vontade era fazer o zonamento de acordo com as aldeias costeiras.

Quando tomarem este tipo de medidas, lembrem-se que no território PNSACV existem pequenos comerciantes que sentem a corda a apertar na garganta, cada vez que é puxada.

Para já queremos pescar todos os dias, o estado do Mar, o vento, as marés, a chuva, as folgas no trabalho, já são condicionantes suficientes, mas válidas, da Natureza. A proibição de pescar em certos dias põe em causa a liberdade. Contribui para a tristeza de viver num país assim, não estimula qualquer atitude de cidadania, atitudes essas fundamentais para levar a bom porto o que todos queremos, Conservação da Natureza e Biodiversidade e ordem no território.

Queremos defeso para todos dentro da Área Marinha e Fluvial do PNSACV, profissionais e amadores; as medidas compensatórias devem ser usadas como estão previstas nos vários POPNSACV, se é de interesse público à que assumi-lo à séria, estamos fartos de ser enganados.

Queremos que seja revista a época de defeso do percebe, há estudos e muita gente interessada. Um critério exclusivamente comercial é contra indicado, em princípio.

Queremos engodar exclusivamente à base de sardinha, é certo que atrai alguns peixes, mas alimenta muitos, os juvenis nos primeiros meses vivem junto à costa; é limpo, e por isso queremos menos engodos na nossa costa que sejam à base de nafta, esgotos lançados directamente nas linhas de água, nitratos e fosfatos ou pesticidas. Não me digam que se mistura com areia e é substrato para bactérias ou fungos; temos por aqui coisas mais sérias misturadas, mas como são inodoras e incolores (depois de misturadas), ninguém liga.

Queremos uma sensibilização dos comerciantes para não comprarem na candonga, este é um passo sério na preservação dos recursos. Esta questão da fiscalização regular dos locais de venda do peixe, nos restaurantes e nos mercados, de modo a promover a erradicação da venda ilegal, é essencial.

Queremos ver incluído o maior exemplar, deve incentivar-se a pesca por exemplar/qualitativa não a pesca quantitativa, com muitas unidades, juvenis. Mas questões de pormenor ficam para outra altura e com pessoas colectivas ou individuais competentes nestas matérias.

Queremos um Programa Sectorial que promova o equilíbrio, a educação e que crie um nicho de natureza, tão apreciados e valorizados que são nesta época em que a Globalização está sem agonia.

Queremos exemplos práticos do que pode e não fazer-se; queremos conhecer o habitat e respeitar o ecossistema, queremos participar.

Para terminar, refere-se a questão do princípio do direito ao usufruto do espaço territorial, com regras e restrições razoáveis e privilegiando a Conservação da Natureza e Biodiversidade, mas não absolutistas e sem qualquer critério democrático... ninguém nos garante que daqui a 3 ou 4 anos nos venham dizer que não nos sabemos comportar na praia e por conseguinte vão limitar o acesso apenas aos frequentadores dos espaços turísticos, entretanto desenvolvidos.

O PNSACV JÁ É UM PIN, É PENA QUE NINGUÉM O RESPEITE COMO TAL.

ESTE DOMÍNIO JÁ ESTÁ REGIST[®]ADO! É DE TODOS OS PORTUGUESES!

ORLA.COSTEIRA@ALLPORTUGAL

PROIBIR, SEM EDUCAR!?! NUNCA MAIS!

José Nazaré

Trabalho na agricultura e gosto de ir à pesca com uma (1) cana e um (1) anzol grande.